



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011242-94.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Adiel Marcos Luiz e outro**
Requerido: **Joao Luis Ramos e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que os autores alegaram que eram clientes do primeiro réu em uma lanchonete e que todos fizeram ajuste para que abrissem um novo estabelecimento da mesma natureza, mas em outro endereço.

Alegaram ainda que entregaram quantia em dinheiro ao primeiro réu para que reformasse o imóvel que abrigaria esse novo estabelecimento e adquirisse produtos, tendo ele então contratado a segunda ré para trabalhar na lanchonete.

Salientaram que após um mês de funcionamento se constatou que o balanço foi negativo, razão pela qual houve entendimento para que recebessem a importância de R\$ 15.000,00 como ressarcimento pelos gastos que haviam suportado.

Como, porém, o pagamento não teve vez, almejam à condenação dos réus a tanto.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Tomo de início a manifestação de fl. 81 como de desistência da ação em face do réu **JOÃO LUIZ RAMOS** para acolhê-la, o que será objeto de deliberação própria na parte dispositiva da presente.

No mais, a leitura da petição inicial deixa patente que todas as tratativas havidas sobre os fatos noticiados atinaram exclusivamente aos autores e o primeiro réu.

Assim se deu quanto ao vínculo que mantinham (os autores eram clientes da lanchonete em que o primeiro réu trabalhava), quanto à proposta aceita para que abrissem outro estabelecimento em ponto melhor (de iniciativa do primeiro réu), quanto ao que tocaria a cada um dos envolvidos (o primeiro réu entraria com sua experiência enquanto chapeiro, além de responsabilizar-se pela organização do ambiente comercial e da compra dos equipamentos e mercadorias) e quanto à disponibilização do montante para a implementação da empreitada (os autores entregaram a quantia ao primeiro réu, que se encarregou da reforma do salão comercial, bem como da compra do estoque de mercadorias, bebidas e demais equipamentos).

De outra banda, extrai-se da peça de ingresso a alusão à segunda ré somente quando do início das atividades do novo estabelecimento, tendo ela sido contratada pelo primeiro réu *"para trabalhar na lanchonete, uma vez que já era sua colaboradora na lanchonete que possuía antes de montar sociedade com os Autores e portanto, já tinha experiência"* (fl. 03, primeiro parágrafo - grifei).

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Com efeito, positivou-se que a segunda ré não teve ligação alguma com a sociedade firmada apenas entre os autores e o primeiro réu, além de não perpetrar qualquer ato pertinente a esse assunto.

Sua participação surgiu somente quando contratada pelo primeiro réu para trabalhar na lanchonete, o permite a segura conclusão de que não concretizou relação jurídica com os autores que a habilitasse a devolver-lhes a quantia que teriam investido.

Por outras palavras, como os autores nada avançaram com a segunda ré e nada lhe repassaram não poderão buscar junto à mesma o ressarcimento pelos gastos com os quais arcaram.

Nem se diga que a circunstância dela porventura figurar como sócia da empresa que recebeu a instalação comercial que adquiriram com o primeiro réu modificaria o quadro delineado, seja porque esse último aspecto não foi corroborado por elementos específicos e concretos, seja porque o fundamento da postulação em última análise seria estranho a isso.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assim, sob qualquer ângulo de análise não vinga o pleito em relação à segunda ré.

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito quanto ao réu **JOÃO LUIZ RAMOS**, com fundamento no art. 485, inc. VIII, do Código de Processo Civil, e no mais **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**